

**OS SOBRENOMES  
NA ANTROPONÍMIA E NA GENEALOGIA**

*José Pereira da Silva* (UERJ)  
[jpsilva@filologia.org.br](mailto:jpsilva@filologia.org.br)

**RESUMO**

Este texto pretende desenvolver algumas considerações a respeito dos sobrenomes e suas origens, como elementos importantes na pesquisa genealógica e antroponímica, principalmente porque, até bem recentemente, só as famílias de ascendência importante historicamente se preocupavam em conhecer sua origem biológica. Parte-se de algumas considerações gerais sobre a genealogia e seu estudo, tais como as origens e as dificuldades para o seu estudo, sua importância para a história e a prosopografia, e seu desenvolvimento na Antiguidade. A seguir, tratará das questões relativas aos sobrenomes ou apelidos, definindo-os e apontando suas principais origens, tomando como *corpus* principal os sobrenomes dos estudos genealógicos da família Pereira da Silva. Partindo de artigos disponíveis na *Internet*, sua pretensão é apresentar uma contribuição a este tópico, que é pouco explorado pelos profissionais de letras.

**Palavras-chave:**

Antroponímia. Genealogia. História. Onomástica. Parentesco.

**ABSTRACT**

This text intends to develop some considerations about the names and their origins, as important elements in genealogical and anthroponomic research, mainly because, until very recently, only families of important ancestry historically were concerned with knowing their biological origin. It begins with some general considerations about genealogy and its study, such as the origins and difficulties of its study, its importance for history and prosopography, and its development in antiquity. In the following, it will deal with questions related to surnames or nicknames, defining them and pointing out their main origins, taking as main corpus the surnames of genealogical studies of the Pereira da Silva family. Starting from articles available on the Internet, its intention is to make a contribution to this topic, which is little explored by the professionals of letters.

**Keywords:**

Anthroponymy. Genealogy. Kinship. Onomastic. Story.

**1. Considerações iniciais sobre a genealogia**

*Genealogia*, biologicamente, é o mapa das ligações entre diferentes indivíduos e gerações, apesar de nem sempre ser uma relação biológica, podendo ser apenas afetiva ou cartorial, e trata das ligações de parentesco tanto em sentido vertical (dos ancestrais para os descendentes ou

vice-versa) quanto em sentido horizontal (dos irmãos e primos entre si).

Como ciência auxiliar da história, estuda a origem, a evolução e a dispersão das famílias, assim como dos seus respectivos nomes e sobrenomes ou apelidos.

Até o século XVII, a genealogia servia mais à afirmação do prestígio das famílias e à legitimação de suas pretensões ao poder do que à documentação histórica e preservação da memória, quando começou a ser investigada cientificamente, mas, mesmo assim persistiram as manipulações ideológicas, associadas à política e às ideologias, em cujas estruturas é fundamental.

É grande sua relevância para conhecer o passado da sociedade, atraindo a atenção pelos problemas causados pela insuficiência metodológica que leva a difundir dados históricos recolhidos acriticamente.

Tratando de identificar a ligação biológica entre diferentes indivíduos e a reconstituição da sequência ordenada de gerações dentro de um grupo familiar, a genealogia procura determinar as origens, a rede de parentescos e a evolução cronológica da família, associando-se à prosopografia, à história e às ciências humanas e sociais, procurando reconstituir o perfil e a história dos seus integrantes.

### ***1.1. A prosopografia***

Prosopografia é o estudo documentado da carreira profissional ou acadêmica de pessoas, para desvendar o padrão de suas relações e atividades através da biografia coletiva, podendo ser elitista ou popular

Segundo José de Encarnação (1997), a prosopografia é elitista quando se preocupa com a dinâmica de pequenos grupos, e seu campo de estudo costuma ser a elite, preocupando-se com a investigação da genealogia e dos interesses comerciais e políticos do grupo, priorizando o estudo de casos e, uma vez ou outra, a estatística. Por outro lado, a prosopografia popular se volta prioritariamente para o estudo das massas, inspira-se nas ciências sociais, valoriza mais a opinião popular e a história do que as decisões das elites, e investiga um número maior de questões.

Diferenciando-se metodologicamente, apesar de ambas se interessarem mais pelo grupo que pelos indivíduos, as duas escolas prosopográficas têm objetos de estudo bem diferentes, segundo Lawrence Stone (2011), partindo prioritariamente de: 1) listas de nomes de ocupantes de

certos cargos, títulos ou qualificações profissionais ou educacionais; 2) genealogias da família; 3) dicionários biográficos.

## **2. Fontes e dificuldades dos estudos da genealogia**

A genealogia é reconstituída através de documentos escritos, mas também pode se valer de tradições orais e imagens; e pode ser ascendente ou descendente – partindo do presente para o passado ou do passado para o presente (SCHAEFFER, 1960; MENA-CHALCO, 2018).

Um dos principais problemas da pesquisa genealógica é assegurar a veracidade das informações, não havendo segurança absoluta em nenhuma das formas de obtê-las. Por isto, a descoberta de que uma informação é falsa é muito importante porque alguns de seus elementos geralmente indicam pistas que levam à verdade.

Segundo Christian Settiani (2014), a comparação entre documentos diferentes que tratam do mesmo tópico, a análise do perfil prosopográfico do grupo familiar, a análise científica da documentação na tentativa de descobrir falsificações e a comparação do material genético dos alegados membros da família auxiliam na diminuição das dúvidas.

Frequentemente, a genealogia envolve o trabalho com documentos cuja decifração e interpretação exigem conhecimentos especializados.

Por muito tempo as pessoas foram denominadas pela sua ocupação, pelo nome do pai, pelo lugar de origem ou por algum apelido, como por exemplo João Ferreiro, Luiz do Bernardino, Pedro de Florença ou José o Velho, ou de maneiras arbitrárias, de modo que muitos desses apelativos acabaram se fixando como sobrenomes, porque, no Brasil, o registro civil só foi criado em 1874 e, em Portugal, só em 1911.

Mesmo depois de estabelecidos, os sobrenomes podem mudar por várias razões, como para evitar perseguições políticas, para ocultar uma origem indigna, por tradições locais, por apadrinhamentos, por erros de registro que se perpetuaram nas gerações sucessivas etc.

A nossa tradição foi sempre muito livre quanto à adoção de sobrenomes. Além disso, a existência de muita homonímia frequentemente leva a confusões entre personagens diferentes, de modo que o sobrenome não garante consanguinidade (FERREIRA, 2005; HAMEISTER, 2008).

### 3. *A genealogia na política e na sociedade*

Na Antiguidade, famílias ilustres traçaram genealogias que as associavam a ancestrais de tempos remotos, incluindo entre eles até personagens fictícios como heróis lendários e divindades, para emprestar-lhes prestígio. A partir do século XVIII, no entanto, foi iniciado um movimento rumo a uma pesquisa científica, que chegou à abordagem atuais nesses estudos (SETTIPANI, 2013; TAYLOR, 2001).

Como refere Sara Trevisan (2015),

A genealogia era usada para comunicar mensagens políticas e simbólicas e afirmar a continuidade da ideologia, antes do que para estabelecer a verdade histórica. De fato, até o início do século XVII, as genealogias eram geralmente baseadas em tradições que eram mais próximas da história oral do que da história escrita. Essa história escrita, por sua vez, se baseava em fontes citadas evasivamente ou alegadamente perdidas, quando não eram meramente falsificadas, tudo no intuito de ocultar sua origem na tradição oral. (TREVISAN, 2015)

Hoje, a pesquisa genealógica se tornou uma atividade extremamente popular, facilitada pela disponibilização de muitos dados na internet, intensificando com isto os problemas na área (ZSINDELY, 2008).

Segundo Regina Poertner (2015), as buscas genealógicas são atualmente a terceira maior atividade na internet, depois do comércio e da pornografia. Em 2004, Jerome de Groot já considerou que a explosão da genealogia popular representava um desafio para a historiografia, convidando os acadêmicos a estudarem as várias dimensões em que atuam a genealogia e a história familiar. Paul Knevel (2015) considera que embora os leigos tenham critérios frouxos na construção da genealogia, é importante que os eruditos entendam o que significa para eles essa tentativa de fazer o passado reviver no presente, e como isso afeta a valoração da história e da ciência.

A busca pelas origens pode ter várias motivações num mundo onde crescem os sentimentos de distância de enraizamento e aumentam as dificuldades nas relações sociais. Além de trazer informações interessantes, preservar a memória familiar, fortalecer o senso de identidade ou de pertencimento a um grupo, criar ligações concretas com parentes antes desconhecidos, ultrapassando barreiras geográficas e culturais, proporcionar explicações para aspectos da vida presente e lições úteis para a vida futura, e a percepção da continuidade geracional, pode dar um novo sentido à existência e reforçar a autoestima (POERTNER, 2015; MALM, 2015; HARDY, 2017).

Segundo Eviatar Zerubavel (2011, p. 20-7), a objetivação da genealogia também pode proporcionar uma grande distorção na percepção do tempo e uma experiência vicarial da história, acrescentando que há muitos testemunhos de que conhecer as origens transformou profundamente a visão que as pessoas tinham de si mesmas e de seu lugar no mundo, apesar de essa revelação poder ser entusiasmante ou desagradável.

Entre outros aspectos relevantes, os laços biológicos ou familiares são um poderoso estruturador do funcionamento das sociedades, e a identificação do lugar do indivíduo nesta rede é um fator importante na determinação do seu comportamento social e no seu bem-estar.

Descender dos fundadores da comunidade ou de um personagem ilustre do passado pode acrescentar prestígio e poder, pode abrir muitas portas, ser um fator decisivo na preservação da influência e *status* da família e servir como base de preservação de tradições. Por outro lado, um personagem infamado pode lançar uma sombra duradoura sobre sua descendência e prejudicar seu sucesso social.

A pesquisa genealógica popular costuma dar grande importância à descoberta de antepassados nobres, ilustres ou heroicos, e de fato se a pesquisa descobre uma linha que recua por vários séculos, ela passa a progredir quase invariavelmente através de famílias nobres, sendo extremamente escassas as informações genealógicas sobreviventes sobre as classes populares no passado distante (HUMPHRYS, Blog do autor), mas não parece ter ficado suficientemente claro para o público leigo em geral que todas as pessoas vivas compartilham dos mesmos ancestrais remotos e que todas tiveram tanto reis como escravos entre seus antepassados.

Nas palavras do genealogista Mark Humphrys, em seu blog,

Nossos ancestrais são, nada mais e nada menos, aquela mistura de gente bruta, idiota, obstinada, intolerante, incompetente, covarde, junto com outros inteligentes e notáveis, que sempre constituiu a sociedade. Existimos porque existiram pessoas que desprezariamos se as encontrássemos pessoalmente. Genealogia é sobretudo descoberto que elas foram realmente, não importa se foram admiráveis ou não. De fato, é mais divertido quando elas foram assassinas, quando se casaram com os piores inimigos de seus pais, quando foram o sórdido resultado de amores fracassados, quando morreram antes de conhecer seus filhos, e assim por diante. Isso nos dá consciência do quão precária é a nossa existência, e do quão misturada e improvável é a nossa herança genética. Qualquer um que acredite que pertence a uma única raça, ou que seus ancestrais foram só

#### **4. *Descendência da Antiguidade***

A descendência da Antiguidade é um tópico dos estudos genealógicos que busca estabelecer a ligação entre famílias modernas e as famílias da Antiguidade, embora seja evidente que todas as pessoas vivas descendem de antepassados que viveram na Antiguidade, a comprovação da sequência de gerações atuais ainda é impossível, por ter havido uma dramática lacuna de registros entre o fim da Antiguidade e a Idade Média.

Estudos recentes têm revitalizado o tema, e os progressos nas áreas da paleografia, hermenêutica, arqueologia, epigrafia, cronologia, onomástica e prosopografia trazem novos dados que tornam possível estabelecer caminhos bastante plausíveis para ligar famílias modernas a antigas (SETTIPANI, 2013 e 2014; TAYLOR, 2001; KIRK, 1995). Mas, apesar da reserva e cautela que se deve ter, circulam genealogias que remontam a milênios antes de Cristo sem fundamento documental.

Segundo Eviatar Zerubavel (2011, p. 78-80), o fator antiguidade tem um peso tão grande na manipulação genealógica que solidifica variadas pretensões. Assim, para justificar suas pretensões sobre Kosovo, os albaneses alegam descender dos ilírios, povo que vivia ali antes da chegada dos eslavos, assim como quilombolas brasileiros conseguem posse das terras onde viveram seus antepassados.

#### **5. *Os sobrenomes, apelidos ou nomes de família***

Sobrenome, apelido ou nome de família é a porção do nome do indivíduo relacionada com a sua ascendência, constituída pelos seus antepassados e transmitida a sua descendência, com pequenas alterações para incluir os nomes de família do pai e da mãe ou por outros motivos.

O sobrenome está à genealogia, que é o estudo das ligações biológicas entre diferentes indivíduos e gerações.

Quando nos dirigimos a uma pessoa, o termo "nome" pode representar o prenome, o sobrenome ou o nome completo, que inclui prenomes, nomes do meio e sobrenomes. Em algumas situações, utiliza-se o nome completo, mas, no sentido mais preciso, o prenome indica o indi-

vídúo, e o sobrenome indica a sua origem genealógica.

A composição e o uso do nome das pessoas variam de acordo com a cultura e o idioma, segundo o artigo intitulado “Sobrenome – história e origem”<sup>293</sup>. No Brasil, é comum ser usado o prenome até em ocasiões formais, enquanto em outras culturas, o sobrenome é mais utilizado.

Na maioria das línguas indo-europeias, entre as quais está o português e dezenas de outras línguas e dialetos, o prenome precede o sobrenome, na forma de designar as pessoas. Em algumas culturas e idiomas, o sobrenome precede o prenome na ordem do nome completo.

Na maioria delas, as pessoas têm apenas um sobrenome, geralmente herdado do pai. No entanto, em nomes de origem românica e anglo-saxônica, é mais comum a utilização de um nome do meio entre o nome próprio e o sobrenome, frequentemente o sobrenome materno.

Entre nós, é costume os filhos receberem um ou mais sobrenomes de ambos os progenitores, assim como na cultura hispânica. Mas, enquanto os sobrenomes maternos precedem os paternos entre nós, na disposição do nome completo, essa ordem se inverte na cultura hispânica.

Em Portugal e na Espanha, o número máximo de sobrenomes permitidos é quatro, mas, nos demais países de língua portuguesa, não existe essa limitação.

Em muitas culturas também é normal uma mulher assumir o sobrenome do marido após o casamento, inclusive com a abdicação completa de seu sobrenome. Nos últimos anos, porém, no Brasil e nos Estados Unidos, é frequente as mulheres apenas acrescentarem o sobrenome do marido ao seu nome de solteira ou hifenizarem ambos os sobrenomes, como é o caso de Maria Lúcia Mexias-Simon.

Em Portugal, a lei obriga a que o recém-nascido, ao ser registrado, receba um nome próprio e um dos sobrenomes paternos, mas, no Brasil, não existe esta obrigação. Um segundo nome próprio, sobrenomes maternos, ou mais sobrenomes paternos, até ao número de quatro, são facultativos, podendo chegar a ter até seis nomes, legalmente.

Só a partir do final do século XIX, tornou-se comum entre nós as mulheres acrescentarem o sobrenome do marido aos seus sobrenomes

---

<sup>293</sup> Disponível em: <<https://sites.google.com/site/sobrenomeartigo/>>. Acesso em: 01 nov 2019.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

sem perderem os seus próprios de solteira. Esta prática pode originar nomes extraordinariamente longos (dois nomes próprios ou em casos muito raros três, e até seis sobrenomes seguidos) ou causar situações como uma mulher chamada *Maria Santos Silva* se casar com um homem chamado *José Pereira Santos*, passando o seu nome a ser *Maria Santos Silva Santos*.

Note-se, porém, que a repetição de sobrenomes comuns aos noivos é legalmente facultativa, e depende apenas do gosto da noiva. Assim, ao se casar, *Maria Santos Silva* poderá assinar oficialmente *Maria Silva dos Santos*, se *Pereira* for da sua sogra, ou *Maria Silva Pereira dos Santos*, se *Pereira dos Santos* for sobrenome duplo do marido.

Inversamente, a lei permite à mulher divorciada conservar o sobrenome do ex-marido, seja por já ser conhecida profissionalmente por esse nome e, por esta razão, não pretender retirá-los, ou para manter o sobrenome usado pelos seus filhos, ou por qualquer outro motivo.

Atualmente nova tendência entre as mulheres portuguesas e brasileiras está regressando ao costume de manter os sobrenomes de solteira. Também já é comum a mulher assumir o sobrenome do marido, mas não o usar. Na lei atual brasileira, é permitido também aos homens adotar o sobrenome das esposas, ou cada um dos noivos adotar um sobrenome do outro, embora este uso seja raro.

Hápaíses, no entanto, em que o casal é obrigado a assumir um sobrenome em comum, que pode ser do homem ou da mulher.

A prática de a mulher assumir o sobrenome do marido é considerada por vezes sexista, devido ao aparente significado histórico de que ela deixaram de pertencer à família do pai para pertencer à do marido. Mas isto pode ser contrariadona cultura lusófona, em que, foi mantido o costume de as filhas tomarem os sobrenomes de suas mães, reservando-se aos rapazes o uso dos sobrenomes dos seus pais.

Além disso, há o costume de o primeiro filho homem tomar o nome completo do avô paterno, e o segundo filho homem tomar o nome completo do avô materno; enquanto às mulheres se dava à primeira o nome total da avó materna e à segunda o nome por inteiro da avó paterna etc.

No Brasil, somente a partir de 2002, o marido passou também a poder acrescentar o sobrenome da mulher ao seu nome ou substituir o seu pelo dela, cabendo ao casal esta decisão.

### **5.1. Nome do meio**

Em várias culturas, os nomes das pessoas incluem um ou mais nomes do meio, entre primeiro nome e o sobrenome propriamente dito. Entre nós, bi entanto, o nome do meio compõe o sobrenome, podendo ser composto por vários nomes.<sup>294</sup>

Nos países de cultura portuguesa, o nome do meio geralmente é o último nome de solteira da mãe; no entanto, isto não é seguido rigorosamente, como se pode ver no caso da família Pereira da Silva, em que “Pereira” provém da família do pai e “da Silva” provém da família da mãe. Desta forma, o nome completo é constituído do primeiro nome seguido de um ou mais nomes do meio (geralmente o sobrenome da família da mãe), seguido do sobrenome de família do pai, exceto os países hispânicos, em que isto se faz de inversamente.

É comum omitir os nomes do meio em situações menos formais, figurando apenas o primeiro nome e o último sobrenome, supostamente o sobrenome do pai. Assim, o nome de José Pereira da Silva, nos bilhetes de viagem aérea, será “José Silva” e o de Maria Rita Pereira será “Maria Pereira”. No entanto, também é comum as pessoas utilizarem o nome do meio nesta forma reduzida, principalmente quando o último nome é muito comum. Por isto, José Pereira da Silva é quase sempre reduzido a “José Pereira”, exceto nos casos em que o prenome é composto, como em Ana Rita Pereira Magalhães Costa, nos quais é comum a omissão de todos os sobrenomes, ficando apenas “Ana Rita”.

Nestes casos, a abreviatura pode ser realizada da mesma forma, incluindo ou não todos os prenomes. Por exemplo, para alguém chamado Fernanda Marilane Pereira de Assis, a forma reduzida poderá ser “Fernanda Marilane de Assis”, “Fernanda Marilane Pereira”, “Fernanda Pereira de Assis”, “Fernanda Pereira”, “Fernanda de Assis”, “Marilane Pereira de Assis”, “Marilane Pereira” ou “Marilane de Assis”.

---

<sup>294</sup> No Brasil, a norma é regida pela Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6015original.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6015original.htm)>. Acesso em 27 nov 2019.

## **5.2. Patronímicos**

O patronímico é um nome ou sobrenome cuja origem se encontra no nome do pai ou de um ascendente masculino.

O uso do patronímico tem sido um procedimento comum para distinguir um indivíduo em um grupo em que haja inúmeras pessoas com o mesmo prenome ou “nome de batismo”. Assim, “José, filho de Melquíades”, por economia de palavras, passou-se a ser “José de Melquíades” e, muitas vezes, suprimiu-se também a preposição “de”, ficando apenas “José Melquíades”. Desta forma se explicam os sobrenomes cuja origem imediata e evidente é um prenome, como “Fernandes” (filho ou descendente de Fernando), “Gonçalves” (filho ou descendente de Gonçalo) etc.

De fato, o patronímico configura o caso mais frequente na formação dos sobrenomes. É este processo que deu José Melquíades < José do Melquíades < José filho do Melquíades e Luiz Bernardino < Luiz do Bernardino < Luiz filho do (José) Bernardino, entre muitos outros.

Mas o patronímico pode ser confundido com o nome da mãe, quando é esta que corresponde à figura paterna, como nos casos em que o pai morre ou perde o papel de chefe da família, e é a mãe que ocupa este lugar na administração da família, como aconteceu com o caso, por exemplo, de Maria Chica < Maria da Chica < Maria filha da Chica (= Francisca).

Talvez o prenome Melquíades, tomado como sobrenome também tenha esta origem indireta, visto que, segundo José Pedro Machado ([1984], s.v.), provém do francês *Melchiade*, falso nome resultante de má interpretação do nome de São Milcíades (por vezes chamado Melquíades), cuja festa é celebrada no dia 10 de dezembro. Como prenome, é o caso do meu bisavô Melquíades Camões da Silva e de meu irmão Melquíades Pereira da Silva. O mesmo autor nota que o nome Melquíades é usado também como sobrenome, e temos numerosos registros da palavra nesta categoria, como Vanderleia Melquíades da Silva e Alex Melquíades dos Santos Pereira, por exemplo.

## **5.3. Como os sobrenomes surgiram**

Conhecer a origem dos sobrenomes poderá indicar de onde certa família descende, no que trabalhavam ou conhecer algumas características dos ancestrais dessa família.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Na história dos sobrenomes, os primeiros a adquiri-los foram os chineses, há quase cinco mil anos. Na Roma Antiga as pessoas tinham apenas um nome próprio; no entanto, mais tarde, passaram a usar três nomes, em que o nome próprio ficava em primeiro lugar e se chamava "prenome", depois vinha o "nome", que designava o clã, que se constitui num grupo de pessoas unidas por parentesco e linhagem e que é definido pela descendência de um ancestral comum. Por fim, o terceiro nome dos romanos designava a família, que é o "cognome".

Muitas das importantes personalidades romanas passaram à história sendo conhecidas apenas pelo seu cognome, como Cícero (cujo nome completo era Marco Túlio Cícero) e César (que era Caio Júlio César).

Alguns romanos acrescentavam um quarto nome, o agnome, para comemorar atos ilustres ou eventos memoráveis.

Atualmente, no entanto, o agnome tem a função de diferenciar pessoas de uma mesma família que possuem o mesmo prenome e sobrenome. São nomes do tipo: Filho, Sobrinho, Júnior e Neto, como exemplificamos com os nomes reais da genealogia da família Pereira da Silva: Abrão Mendes Filho, Joaquim Lopes Sobrinho, Márcio Luís Barro Júnior e Augusto José Lopes Neto. Quando o Império Romano começou a decair, os nomes de família se confundiram e parece que os nomes sem sobrenomes se tornaram costume novamente.

### ***5.3.1. Formação e evolução dos sobrenomes em Portugal e no Império Português***

Desde a Idade Média e até ao século XVIII, em algumas zonas rurais portuguesas as pessoas eram conhecidas pelo nome próprio, ao qual era acrescentado o patronímico, para os homens, e o matronímico, para as mulheres. Em casos mais raros, os rapazes podiam ser conhecidos pelo matronímico, se não tivessem pai, ou as moças pelo patronímico, no caso de o pai ser de uma família mais distinta do que a da mãe. A partir do fim da Idade Média, numa lenta transição das cidades para o campo, os patronímicos tendem a se fixar, transmitindo-se sempre os mesmos.

Nos documentos oficiais em Portugal, os registros mencionam sempre o nome da pessoa seguido do nome do pai, para impedir confusões entre homônimos. No Brasil, isto não é lei, mas é frequente a solicitação do nome da mãe e a data de nascimento, pelo mesmo motivo.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

A necessidade de adicionar outro nome para distinguir as pessoas de mesmo nome veio a partir de certa altura a ganhar popularidade. Então elas passaram a adicionar ao nome que declaravam, ou que assinavam, o apelido pelo qual os outros as distinguiam, ou então a sua terra de origem, por exemplo. Assim, o Luiz, filho do ferreiro, se diria Luiz Ferreiro, podendo passar esse apelido aos seus descendentes. O Luiz Ferreiro, morador no Oriente, que passasse a residir em Dom Cavati, dir-se-ia Luiz Ferreiro do Oriente. Este processo é paralelo e análogo ao da nobreza, que em muitos conhecidos se assina pelo nome das terras de senhorio da respectiva família (Luiz Bernardino da Coruja, ou seja: Luiz, filho do Bernardino, senhor ou morador da Coruja, ou seja, do córrego da Coruja), ou Seu José do Paiol do Conde, para os vizinhos do sítio Paiol do Conde.

Na minha biografia antroponomástica, por exemplo, fui chamado de “Jacarezinho” por uns vinte anos, por um vizinho que fez minha mudança do Jacarezinho para a Mangueira, em 1978, pelo fato de me identificar como o vizinho que morava no Jacarezinho. Alguns parentes e amigos que me conheceram adolescente, vivendo com meus pais, em São João do Oriente-MG, costumam me chamar de Zezé do Bernardino ou Zezé Bernardino, ligando meu nome ao de meu pai – José Bernardino Pereira. Outros, por me haverem conhecido na época em que estive no seminário, ainda me chamam, indevidamente, de Zé Padre – indevidamente porque eu nunca fui padre. Há quem me chama de simplesmente de Zé, Seu Zé, Seu José, Pereira, Seu Pereira ou, ligando-me à profissão em que mais atuei, me chamam de Professor Pereira ou nem falam meu nome, chamando-me simplesmente de Professor. Meus irmãos me chamam de Zezé e meus sobrinhos só me chamam de Tio Zezé; mas os vizinhos de meu sítio, em Itaguaí, se referem a mim como Seu José do Paiol do Conde, porque há várias pessoas por ali que se chamam José, e porque o sítio Paiol do Conde é conhecido pela maior parte deles.

Assim, há dois tipos básicos de sobrenomes: os que são dados pelos de fora a alguém para o distinguir (apelido), e os que são escolhidos pelo próprio para se afirmar perante os outros.

Na época da Revolução Urbana na Europa, com o aumento da população nas pequenas cidades medievais, o uso de um segundo nome se tornou tão comum que podia ser mal considerado não ter um sobrenome. Mas, mesmo tendo sido o começo dos sobrenomes atuais, grande parte dos nomes usados a partir da Idade Média não tem nada a ver com a família, porque, até à implantação do registo civil com força de lei em

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

1874 (no Brasil) e em 1911 (em Portugal), não era obrigatoriamente hereditário. Até ao século XVII nem os membros da Família Real tinham sobrenomes, sendo tratados por seus nomes próprios e respectivos títulos distintivos.

Antes de 1911, até o nome próprio podia ser mudado, quando o crismando escolhia qual ou quais sobrenomes iria usar como adulto; e os registros eram feitos na Igreja, com valor oficial na vida civil.

Já no século XIV, o português é adotado nos registros oficiais, abandonando-se o latim bárbaro, como se fez também em outras nações. Assim, por volta de 1370, já estava documentada a palavra "sobrenome" em diversas línguas românicas, como um segundo nome livremente atribuído ou escolhido, mas não necessariamente transmissível e que, portanto, ainda não era o sobrenome no sentido atual.

À medida que se passou a usar cada vez mais documentos escritos e a registrar atos legais, foi-se tornando mais importante identificar com exatidão as pessoas, porque, em algumas comunidades, apenas o nome próprio era insuficiente para distinguir as pessoas.

Com o direito de sucessão hereditária de terras, era preciso algo que indicasse vínculo com o dono da terra, para que os filhos ou parentes pudessem adquirir a herança, já que qualquer pessoa com o mesmo nome poderia tentar se passar por filho. Acredita-se que só no século XX a maior parte das pessoas passou a ter sobrenomes hereditários e fixos na Europa.

Antigamente, a prioridade das famílias mais importantes era ter filhos homens para manter o nome, pois eram os filhos homens que passavam o sobrenome para as novas gerações e, por isso, era desgostoso para uma família não ter nenhum descendente masculino.

No entanto, em Portugal, vigorava o conceito de casa, constituído pela noção de patrimônio familiar comum partilhado, no qual, na ausência de varões, sucediam as mulheres como senhoras da casa, que frequentemente transmitiam esse sobrenome à sua descendência.

Este costume português explica o motivo de serem raríssimas as famílias portuguesas ou de origem portuguesa que mantenham a varonia dos sobrenomes usados atualmente, ao contrário da França, por exemplo, onde as famílias se consideram extintas na falta de homens que lhes transmitam o nome. Em Portugal, elas sobrevivem, bem como o uso dos sobrenomes antigos, através da transmissão por via feminina.

### *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

No Brasil, porém, apesar de ter sido colônia portuguesa e profundamente influenciado pela cultura lusitana, o sistema de perpetuação da linhagem familiar através do sobrenome adotado é o francês. A estrutura do nome no Brasil consiste em “nome, sobrenome materno e sobrenome paterno”. O sobrenome de determinada linhagem familiar, portanto, só é perpetuado no caso dos nascidos varões, com algumas exceções.

Durante a profunda vivência religiosa dos tempos antigos, a noção de parentesco e de família, mais do que carnal, era considerada espiritual. Por isto, pessoas com larga vivência comum numa mesma casa, onde a família se considerava constituída por parentes, filhos, criados e até os escravos, todos podiam ser conhecidos pelo sobrenome principal da casa, mesmo os escravos, que recebiam no batismo os nomes e sobrenomes dos seus senhores. Assim, os afilhados, sobretudo quando recebiam heranças dos padrinhos, tomavam os seus sobrenomes, especialmente se estes fossem seus parentes, mesmo que remotos, apenas para manter o sobrenome ligado aos mesmos bens transmitidos.

#### **5.3.2. *Sobrenome para mulheres no mundo português***

O costume de uma mulher mudar seu nome após o casamento é recente, tendo começado no final do século XIX nas classes superiores, sob a influência francesa, tornando-se quase obrigatório, no século XX, especialmente entre 1930 e 1950.

Até o final do século XIX e meados do século XX, era comum que as mulheres, especialmente as de famílias muito pobres, não recebessem o sobrenome do pai e serem conhecidas apenas pelo seu primeiro nome. Geralmente recebiam como sobrenome um nome genérico como Maria da Conceição, como era o caso de minha mãe, adotando o sobrenome completo de seu marido depois do casamento. Isto ocorre com relativa frequência, substituindo seu sobrenome genérico pelo da família dele.

Com o republicanismo no Brasil (1889) e em Portugal (1910), e com a instituição do registro civil, todas as crianças agora têm sobrenomes.

Na verdade, no Brasil, o registro civil foi criado, de maneira formal e generalizada, pelo Decreto nº 5.604, de 25 de abril de 1874, por iniciativa do deputado João Alfredo Correia de Oliveira, enquanto, em Portugal, só foi instituído pelo "Código do Registo Civil", de 18 de feve-

reiro de 1911.

No entanto, como os tabeliães eram substituídos hereditariamente, a maioria deles tinha baixo grau de instrução e nem conhecia as normas estabelecidas, criando grande confusão no registro dos nomes e sobrenomes das pessoas, que geralmente não eram registradas logo que nasciam.

### **5.3.3. Formação e adoção dos sobrenomes noutros países europeus**

Em outros países, o processo foi muito distinto, acreditando-se que o uso moderno dos nomes hereditários é uma prática que se na Itália, a partir dos séculos X ou XI.

Inicialmente, os sobrenomes eram usados apenas pela nobreza e ricos latifundiários, e pouco a pouco foram adotados por comerciantes e plebeus. Só mais tarde, a classe média e os trabalhadores começam a usar os sobrenomes, levando a prática ao uso comum. Além disso, classificar os nomes de família é uma tarefa complicada, por causa das mudanças de ortografia, pronúncia e sentido ocorridas com o passar dos anos, de modo que os sobrenomes dependem da competência de quem os registro.

### **5.3.4. Origem étnica dos sobrenomes no Brasil**

Segundo pesquisa de 2016 publicada pelo IPEA, a grande maioria dos brasileiros têm sobrenome de origem ibérica. Tanto que, em 46.801.772 nomes de brasileiros analisados, somente 18% deles tinham ao menos um sobrenome de origem não ibérica.

Os sobrenomes ibéricos predominam em quase todo o Brasil, com exceção de parte da Região Sul, do Oeste Paulista e das serras do Espírito Santo, que receberam muitos imigrantes não ibéricos nos últimos dois séculos, além das áreas de expansão da fronteira agrícola nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para onde migraram famílias sul nas últimas décadas. Esse estudo salientou que o sobrenome não reflete necessariamente a “ancestralidade cultural”, “pois há perda de linhagem matrilinear e adoções, mudanças de nome no casamento, entre outros eventos, que podem fazer reduzir a precisão de tal indicador” (MONASTERIO, 2016).

• Ancestralidade do sobrenome estimada pelo último ou pelo único sobrenome, no Brasil	
Origem	Porcentagem
Ibérica	87,5%
Italiana	7,7%
Germânica	3,3%
Leste europeia	0,8%
Japonesa	0,7%

Adaptado de Leonardo Monasterio (2016, p. 16).

### **5.3.5. Formação dos sobrenomes ou apelidos em geral**

A grande maioria dos sobrenomes atuais evoluiu de seis fontes principais: ocupação, localidade, honorarias, patronímicos (e matronímicos), características e religião, como se verá nos exemplos seguintes:

Sobrenomes provenientes de nomes de ocupação: Adilson Monteiro Mendes (monteiro seria o caçador dos montes, segundo José Pedro Machado [1984], *s.v.*); sobrenomes provenientes de nomes de localidade: Adão Ribeiro da Cunha (o sobrenome Ribeiro se refere a alguém que morava junto de um ribeiro); Amanda Quintanilha Mendes (Quintanilha é sobrenome proveniente do espanhol *quintanilla*, diminutivo de quinta, uma fazendinha); Daniele Andressa Souza Quintão (quintão é uma grande propriedade rural); Adriana Bruna de Matos Simões (o sobrenome Matos, costuma vir, de vez em quando, precedido da preposição “de”, reforçando a ideia de proveniência; são bastante comuns também as variantes Matoso e Mata ou da Mata); Rodrigo Mendes Torres (no passado, torres eram construções militares de defesa; hoje, geralmente, são edifícios muito altos); Judite Campos Lima (o sobrenome Campos se deve à referência aos locais assim denominados, de extensões de terrenos planos e cultiváveis).

Alguns nomes sobrenomes brasileiros são nomes estrangeiros ou derivados de nomes estrangeiros de localidade, como Sebastiana Moreira de Assis; outros provêm de nomes de honorarias, como Agostinho Firme

da Silva, viste que firme é um adjetivo que indica segurança ou firmeza nas decisões tomadas.

Sobrenomes de patronímico e matronímico indicavam antigamente o nome do pai ou da mãe; por exemplo, “Mendes” significa “filho de Mendo”, segundo José Pedro Machado, [1984], *s.v.*, como Alan Rangel Mendes Santos; Alves é variante de Álvares (filho ou descendente de Álvaro, *idem, ibidem*); Ioná Alves Soares; Fernandes (filho ou descendente de Fernando, *idem, ibidem*); Bárbara Melquíades Fernandes; Gomes (filho ou descendente de Goma ou Guma, *idem, ibidem*); Maria das Graças Gomes; Gonçalves (filho ou descendente de Gonçalo, *idem, ibidem*); Alzira Alice Gonçalves; Lopes (filho ou descendente de Lopo, *idem, ibidem*); Antônio Mendes Neto; Martins (filho ou descendente de Martim ou Martinho, *idem, ibidem*); Ailton Martins da Rocha; Rodrigues (filho ou descendente de Rodrigo, *idem, ibidem*); Ariel Rodrigues Melquíades.

Mas também José Melquíades significava José, filho de Melquíades (Melquíades Camões da Silva). Alguns dos patronímicos e matronímicos passaram a formar nomes compostos. Assim Joana Fernandes passa a se chamar Joana Fernanda, processo sempre iniciado no litoral e, mais tardio, no interior.

Há sobrenomes provenientes de nomes de característica: Priscila Simone Firme da Silva Ferreira (como se viu, “firme” é um adjetivo que indica segurança ou firmeza nas decisões tomadas), assim como os sobrenomes “Magno”, “Aparecida”, “Auxiliadora”, “Miranda”: Adalberto Magno Santana (a palavra “magno” significa “grande”, tanto no sentido material quanto moral, religioso etc., ocorrendo tanto em prenomes quanto em sobrenomes desde a Idade Média). Assim, apesar de estarem ligados à religião, os nomes Maria Aparecida da Silva, Maria Auxiliadora Correia, assim como Maria da Conceição Ferreira, Maria da Penha Correia, Maria das Graças Avelar, e tantos outros que se referem a qualidades atribuídas à mãe de Jesus também provêm, indiretamente, de características.

Um sufixo de diminutivo ou de aumentativo no nome ou no sobrenome, também, indica a qualidade relativa a tamanho e, por isto, também seria da mesma categoria da indicação de características daquele nome ou sobrenome, como seria o caso de José Bernardino Pereira, Ana Carolina Tavares Pereira, Nadir Marcelina Ferreira, Ivanilda Paulino de Souza.

Muitas pessoas que tinham características de um animal herdavam

dele o nome, como são os casos de Pedro Henrique Carneiro Silveira, Vítor Coelho de Almeida, Cibele Monique Cordeiro da Silva, Bernardo Pinto Melquiades.

Nem sempre, porém, pode ser levado a sério o significado de um sobrenome, comparado com os valores atuais, pois o significado das palavras mudou durante centenas de anos. Além disso, muitos sobrenomes têm mais de uma origem. Por exemplo, o sobrenome inglês “Bell” (sino) pode dizer tanto de alguém que morou ou trabalhou onde se toca o sino, quanto alguém que fabricava sinos. Pode ser descendente de alguma Isabel, ou pode ter vindo do francês antigo no qual a palavra “bel” significa beleza, correspondendo então a alguém muito bonito.

Nos países em que a religião mais influente é a cristã, é habitual o uso de designações religiosas nos apelidos, como: João Martins dos Anjos, Jesuína Zesuína de Assunção, Maria da Conceição, Célio Silva Batista, Alzira das Graças Pereira Viegas, Elza Clara de Jesus e Arison Alberto Pereira Santos.

### **5.3.6. Pesquisa genealógica e a origem dos sobrenomes**

A genealogia está intimamente ligada aos sobrenomes como uma das ciências auxiliares da história. A busca pela origem dos sobrenomes ou nomes das famílias é uma das formas de obtenção dos registros que permitem conhecer a árvore genealógica de uma pessoa, bem como dados importantes sobre a origem de sua parentela. E, nesse particular, a internet revolucionou a pesquisa genealógica, reunindo recursos que diminuiram muito o tempo necessário para construir uma árvore genealógica.

### **5.3.7. A árvore genealógica**

Uma árvore genealógica é um histórico de certa parte dos antepassados de um indivíduo ou família. Trata-se de uma representação gráfica para mostrar as conexões entre indivíduos, trazendo seus nomes e, algumas vezes, fotos e datas e lugares de nascimento, casamento e morte etc.

O uso da genealogia, segundo Adauto Andrade (2012) se faz para prova de ancestralidade, e o indivíduo que constrói árvores genealógicas,

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

quando da própria família é denominado *probandus* ou *de cujus*<sup>295</sup>, termo utilizado para designar o sujeito a partir de quem se estabelece uma genealogia. A representação dos descendentes diretos próximos é denominada *pedigree* ou linhagem (MENDES, 1996).

### **6. Considerações finais**

Este artigo é uma versão reduzida da parte teórica de um capítulo que deverá ser publicado na introdução de um livro sobre a genealogia da família Pereira da Silva, e outra, com outros enfoques, em uma revista especializada, ainda neste ano, como parte da produção acadêmica do GEICEL, sediado no *campus X* da Universidade Estadual da Bahia.

Com isto, acreditamos estar contribuindo com algumas disciplinas auxiliares da filologia e abrindo espaços para novas pesquisas linguísticas e filológicas em uma área de grande interesse do público geral.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Adauto. *Árvore de costados*. Legal, 2012. Disponível em: <<http://www.legal.adv.br/20120131/arvore-de-costados>>. Acesso em 04 nov 2019.

BRASIL. *Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6015-31-dezembro-1973-357511-norma-actualizada-pl.doc>>. Acesso em: 01 nov 2019.

ENCARNAÇÃO, José de. *Introdução ao estudo da epigrafia latina*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997.

FERREIRA, Sérgio Luiz. Transmissão de sobrenomes entre luso-brasileiros: uma questão de classe. *Boletim de História Demográfica*, vol. XII, n. 36, 2005; Disponível em: <[http://historia\\_demografica.tripod.com/bhds/bhd36/sf sobre.pdf](http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd36/sf sobre.pdf)>. Acesso em 18 out 2019.

GROOT, Jerome de. *Royalist Identities*. Palgrave Macmillan, 2004.

---

<sup>295</sup> Veja a Numeração de Sosa-Stradonitz, disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Numera%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_Sosa-Stradonitz](https://pt.wikipedia.org/wiki/Numera%C3%A7%C3%A3o_de_Sosa-Stradonitz)>. Acesso em: 04 nov 2019.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

HAMEISTER, Martha Daisson. Uma contribuição ao estudo da onomástica no período colonial: os nomes e o povoamento do Extremo Sul da Colônia (Continente do Rio Grande de São Pedro, 1735-c. 1777). In: DORÉ, Andréa Carla; SANTOS, Antonio César de Almeida. (Orgs). *Temas setecentistas: governos e populações no Império Português*. UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2008, p. 459-478. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Uma%20contribuicao%20ao%20estudo%20da%20onomastica%20-%20Martha%20Daisson%20Hameister.pdf>>. Acesso em: 18 out 2019.

HARDY, Rebecca. Why children need to know their family history. *The Guardian*, 14/06/2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2017/jan/14/children-family-histories-ales>>. Acesso em: 18 out 2019.

HUMPHRYS, Mark. What is the point of family trees? Blog do autor. Disponível em: <<http://humphrysfamilytree.com/meaning.html>>. Acesso em: 18 out 2019.

INSTITUTO Genealógico de Santa Catarina. *Genealogia para iniciantes*. Disponível em: <<http://www.ingesc.org.br/genealogia-para-iniciantes/>>. Acesso em: 18 out 2019.

KIRK, Marshall K. Ancient Genealogy: Fact, Speculation, & Fiction. *NEHGSSesquicentennial Conference*. New England, jul/1995. Disponível em: <[https://www.donstonetech.com/Marshall\\_Kirk\\_on\\_Ancient\\_Genealogy\\_1995.pdf](https://www.donstonetech.com/Marshall_Kirk_on_Ancient_Genealogy_1995.pdf)>. Acesso em: 18 out 2019.

KNEVEL, Paul. Genealogy from below. *National Council on Public History*, 14/08/2015. Disponível em: <<https://ncph.org/history-at-work/genealogy-from-below/>>. Acesso em: 18 out 2019.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência, [1984], 3 vols.

MALM, Carolina Jonsson. Genealogy and the problem of biological essentialism. *National Council on Public History*, 10/09/2015. Disponível em: <<https://ncph.org/history-at-work/genealogy-and-biological-essentialism/>>. Acesso em: 18 out 2019.

MENA-CHALCO, Jesús Pascual. Genealogia acadêmica: Um novo olhar sobre impacto acadêmico de pesquisadores. In: *I Seminário de Avaliação de Políticas de CT&I*. Brasília: CNPq, 12-13/09/2018. Disponível em:

<<https://www.cgee.org.br/documents/10195/3952601/184920.pdf>>. Acesso em: 18 out 2019.

MENDES, Nuno Canas. *Descubra as suas raízes: como organizar uma árvore genealógica*. Mem Martins: Lyon Multimédia, 1996.

MONASTERIO, Leonardo. *Sobrenomes e ancestralidade no Brasil*, I-PEA: 2229 texto para discussão, set. 2016. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2229.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2229.pdf)>. Acesso em: 30 out 2019.

POERTNER, Regina. Genealogy, publichistory, and cyber kinship. *National Council on Public History*, 21/08/2015. Disponível em: <<https://ncph.org/history-at-work/genealogy-public-history-and-cyber-kinship/>>. Acesso em: 18 out 2019.

SANTANA, Miriam Ilza. Árvore genealógica. *Infoescola: Navegando e Aprendendo*. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/sociedade/arvore-genealogica>>. Acesso em: 04 nov 2019.

SCHAEFFER, Enrico. Noções de genealogia científica. *Revista de História*, n. 44, 1960. Disponível em: <<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/044/A012N044.pdf>>. Acesso em: 18 out.2019.

SETTIPANI, Christian. *Les ancêtres de Charlemagne*. 2. ed. University of Oxford, 2014, p. 1-59.

\_\_\_\_\_. *Les prétentions généalogiques à Athènes sous l'Empire romain*. Université de Lorraine, 2013, p. 1-16. Disponível em: <[http://docnum.univ-lorraine.fr/public/DDOC\\_T\\_2013\\_0304\\_SETTIPANI.pdf](http://docnum.univ-lorraine.fr/public/DDOC_T_2013_0304_SETTIPANI.pdf)>. Acesso em: 18 out 2019.

*SOBRENOME – história e origem*. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/sobrenomeartigo>>. Acesso em: 30 out 2019.

STONE, Don C. A Tribute to David H. Kelley, *Genealogist*, 1 April 1924-19 May 2011. *The American Genealogist*, n. 69, p. 110, 1994. Disponível em: <[http://docnum.univ-lorraine.fr/public/DDOC\\_T\\_2013\\_0304\\_SETTIPANI.pdf](http://docnum.univ-lorraine.fr/public/DDOC_T_2013_0304_SETTIPANI.pdf)>. Acesso em: 18 out 2019.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, vol. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a09v19n39.pdf>>. Acesso em: 31 out 2019.

TAYLOR, Nathaniel L. Roman Genealogical Continuity and the

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

'Descents from Antiquity' Question. *The American Genealogist*, n. 76, p. 129-136, 2001. Disponível em: <[http://www.nltaylor.net/pdfs/a\\_Conti-nuite.pdf](http://www.nltaylor.net/pdfs/a_Conti-nuite.pdf)>. Acesso em: 18 out 2019.

TREVISAN, Sara. History and tradition: Genealogical practice before 1700. National Council on Public History, 07/08/2015. Disponível em: <<https://ncph.org/history-at-work/history-and-tradition-genealogical-practice/>>. Acesso em: 18 out 2019.

VALENÇA, Raquel Teixeira. Você sabe dizer de onde vêm os sobrenomes brasileiros? *Ciência Hoje das Crianças*, n. 136, 2013. Disponível em: <<http://chc.org.br/silva-leao-oliveira>>. Acesso em: 30 out 2019.

ZERUBAVEL, Eviatar. *Ancestors and Relatives: Genealogy, Identity, and Community*. Oxford University Press, 2011. Disponível em: <<http://dlib.scu.ac.ir/bitstream/Ebook/35659/2/9780199773954.pdf>>. Acesso em: 18 out 2019.

ZSINDELY, Sándor. From vanity fair to scientific research: The place of genealogy in contemporary science. A scientometric approach. *Scientometrics*, V. 77, n. 1, p. 197-206, 2008. Disponível em: <<http://akademai.com/doi/pdf/10.1007/s11192-008-1010-6>>. Acesso em: 18 out 2019.